

# A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da Apeoesp\*

*Juan Carlos da Silva\*\**

## INTRODUÇÃO

**E**ste artigo analisa a relação entre a política educacional paulista implementada no governo José Serra (2007-2010) e a atuação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Desde os governos Mário Covas Filho (1995-2000) e Geraldo Alckmin (2001-2006), a rede pública de ensino paulista tem sido objeto de amplas reformas. Sob a égide neoliberal, as reformas educacionais se materializaram através das políticas de “ajustes” na gestão das instituições visando reduzir custos, melhorar os indicadores de qualidade, reformar a carreira docente. O objeto deste artigo é a política educacional do governo José Serra (2007-2010), buscando examinar, mais precisamente: 1. os pressupostos que informaram a política educacional durante os governos do PSDB no estado de São Paulo; 2. as principais políticas educacionais implementadas no período 1995-2010; 3. os efeitos deste padrão de política sobre a atuação sindical da Apeoesp; 4. a reação da Apeoesp frente à ofensiva de um Estado orientado por uma nova gestão pública.

Na tentativa de apresentar respostas a estas questões, articulamos uma revisão de teses e dissertações sobre a atuação da Apeoesp aos dados coletados em boletins do sindicato e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Argumenta-se

---

\* Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado “A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da Apeoesp, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação na Faculdade de Educação, Unicamp.

\*\* Programa de Pós-Graduação em Educação/FE-Unicamp. E-mail: juan.posfe@gmail.com.

que a política educacional do governo José Serra (2007-2010) consolidou a reforma iniciada nos governos Mário Covas Filho (1995-2000) e Geraldo Alckmin (2001-2006). A estratégia de luta da Apeoesp limitou-se à defesa da categoria por melhores condições de vida, autonomia no processo de trabalho e profissionalização e exigência na elaboração de um novo plano de carreira.

## A NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP) NO GOVERNO FHC (1995-2002)

Para compreendermos o padrão de política educacional que se consolidou no estado de São Paulo no governo José Serra, será inicialmente preciso analisar as políticas educacionais estaduais executadas entre 1995 e 2006. Este exame é indispensável, pois, como veremos adiante, os governos Mário Covas Filho e Geraldo Alckmin se revelaram em fina sintonia com o receituário neoliberal ao adotarem como paradigma de administração a nova gestão pública (NGP), com ênfase na gestão por resultados.

O governo Mário Covas Filho adere integralmente à designada NGP. A NGP tem seu início nos anos 1990, nos países da Europa e Oceania, desencadeando inúmeras reformas cujo ideário – o *new public management* – resultou por aqui numa agenda pública que adota plenamente a “gestão por resultados” (Abrúcio, 2011).

Com a adoção da NGP, aumenta consideravelmente a participação do setor privado em diversos segmentos da economia brasileira, mesmo em áreas anteriormente consideradas de atuação exclusiva do Estado. Nesse contexto, a educação básica passa a ser vista como força motriz, eixo estruturante da transformação produtiva e desenvolvimento econômico (Oliveira, 2009).

Nessa perspectiva, os governos Mário Covas Filho e Geraldo Alckmin deslocam o papel do estado paulista tal como existia até então e as reformas neoliberais passam a privilegiar a supremacia e a eficiência do mercado. O programa de ajuste fiscal do estado de São Paulo iniciado em 1995 caracterizou-se pela reestruturação patrimonial, refinanciamento da dívida com a União, execução do Programa Estadual de Desestatização (PED) e modernização da gestão pública. A rede educacional paulista não ficou imune a este programa de ajustes desencadeado pela NGP paulista. Conforme Paro (2010):

A administração capitalista, ao mediar a exploração do trabalho pelo capital, coloca-se a serviço da classe interessada na manutenção da ordem social vigente, exercendo, com isso, função nitidamente conservadora. Essa função não é, porém, inerente à administração em si, mas produto dos condicionantes socioeconômicos que configuram a administração especificamente capitalista (Paro, 2010: 119).

## A POLÍTICA EDUCACIONAL DOS GOVERNOS MÁRIO COVAS FILHO E GERALDO ALCKMIN

O governo Mário Covas Filho iniciou seu primeiro dia de mandato sinalizando que adotaria um novo paradigma administrativo para as instituições públicas paulistas que, em suas palavras, perseguiria um modelo “tecnológico” e “eficaz”. Em discurso de posse, Mário Covas Filho sustentou que as políticas em seu governo iriam se nortear em três pilares, a saber: 1. uma economia estabilizada e aberta; 2. um estado indutor de crescimento sustentado e parceiro do setor privado; 3. uma integração competitiva com a economia internacional (Covas, 1995).<sup>1</sup>

Nesse sentido, a rede de ensino pública paulista – que conta, atualmente, com 5.300 escolas, 4 milhões de alunos, 59 mil servidores e 230 mil professores (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), 2013) – se tornaria uma espécie de “quase-mercado”. Um exemplo desta situação é que durante o governo José Serra a SEE-SP assinaria contrato com a Editora Abril no valor de R\$ 3,74 milhões por meio da Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE) para a aquisição de 220 mil exemplares da revista *Nova Escola* sem fazer licitação, alegando “inviabilidade de competição”<sup>2</sup> (*Observatório da Educação*, 2009). Para Corrêa (2010), a ideologia neoliberal ao organizar as redes de ensino públicas conforme a lógica de mercado transformou as escolas em “mercoescolas”. No neoliberalismo considera-se natural e positivo as assimetrias, a competitividade e a concorrência entre as escolas de uma rede pública de ensino.

Assim, as assimetrias e a crise na educação paulista foram tratadas pelos gestores peessedebistas como questões conjunturais, passíveis de serem equacionadas por meio de políticas públicas focalizadas. Segundo Abrúcio (2011), depois do sucesso da reforma bresseriana os *policy-makers* federais e estaduais passaram a acreditar que as políticas poderiam “puxar a gestão”, desde que se adotasse uma visão de gestão focalizada no desempenho funcional, nas ações para o cumprimento das metas, na elaboração de indicadores de qualidade, na avaliação externa e monitoramento das políticas públicas.

Para Teresa Roserley Neubauer da Silva, ex-secretária da SEE/SP durante o governo Mário Covas Filho, a crise educacional do estado de São Paulo não resulta da falta de formulação de políticas educacionais. A acentuada queda de rendimento dos alunos de 4ª séries, 8ª séries e 3º anos do Ensino Médio para o período de 1995 a 2005 (Palma Filho, 2010) verificada em língua portuguesa e matemática por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

---

1 Disponível em: <<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/Discursos.asp>>.

2 Dados disponíveis em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/sugestoes-de-pautas/48-sugestoes-de-pautas/681-mp-abre-investigacao-sobre-contrato-da-see-sp-com-a-revista-nova-escola>>.

(Saeb), apenas apontavam para uma conjuntura desfavorável. Para os gestores peessedebistas da SEE/SP, o baixo rendimento teria a ver com um paradigma de administração escolar “atrasado”, pouco “eficaz”, professores desestimulados e sindicatos que insistem em atuar de forma “corporativista”.

Em matéria veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* de 12 de março de 2007, intitulada “PSDB culpa PSDB por crise na educação”, o ex-ministro da educação do MEC Paulo Renato Costa Souza afirma que o programa Regime de Progressão Continuada teria sido mal aplicado em São Paulo. Para Rose Neubauer, responsável pela implantação do regime de progressão continuada em São Paulo, a culpa do baixo rendimento dos alunos da rede paulista obtidos no Saeb seria do ex-secretário Gabriel Chalita, que acabou com as medidas de apoio fundamentais ao bom andamento do programa (*Folha de S. Paulo*, 2007).<sup>3</sup>

No decorrer do governo Mário Covas Filho, é iniciada a política de pagamento de bônus por meio da publicação da Lei Complementar n. 890/2000 (São Paulo, 2000). Na referida lei, o bônus gestão consiste em

vantagem pecuniária a ser concedida uma única vez, no corrente ano, aos servidores referidos no artigo 1º dessa lei complementar, vinculada diretamente à *avaliação do desempenho* apresentada pelo profissional durante o exercício de 2000 (São Paulo, 2000, grifo nosso).

O bônus gestão destinado a diretores, professores coordenadores pedagógicos (PCP's) e supervisores de ensino estava diretamente atrelado ao atendimento de requisitos exigidos por meio de uma avaliação de desempenho e assiduidade dos profissionais das escolas da rede estadual durante o ano letivo. Os requisitos considerados para a avaliação de desempenho seriam: *a.* frequência do profissional, *b.* localização da escola e a quantidade de alunos, *c.* resultados da escola no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), *d.* taxas de evasão dos alunos, *e.* média de falta dos professores, *f.* média de falta do pessoal do setor administrativo da escola.

Para Loureiro (2011), o governo Geraldo Alckmin, ao publicar o Decreto n. 46.167, de 9 de outubro de 2001 (São Paulo, 2001), instituiu formalmente a política de concessão de bônus aos professores da rede de ensino do estado de São Paulo. Contudo, o governo José Serra aperfeiçoou a política de bônus ao aprovar a Lei Complementar n. 1.017, de 15 de outubro de 2007 (São Paulo, 2007). A referida lei altera o bônus para professores enquanto o Decreto n. 52.719, de 14 de fevereiro de 2008 (São Paulo, 2008), regulamentou e definiu critérios para a concessão de bônus. Dessa forma, o governo José Serra incorpora duas novas peças a um

---

3 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1203200716.htm>>.

amplo espectro de políticas educacionais designadas por Loureiro (2011) de reforma educacional neoliberal paulista. O Decreto n. 52.719/2008 estava em consonância com a publicação do Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007), do governo federal, que instituiu o Plano de Metas – Compromisso Todos pela Educação – enunciando junto a outras diretrizes educacionais no sentido de privilegiar o mérito e promover a avaliação do desempenho funcional dos professores. Concordamos com Loureiro (2011) que afirma que os professores da rede estadual paulista são hoje obrigados a educar mediante noções restritivas, tais como, “competências” e “habilidades” impostas por meio da Nova Proposta Curricular – e “performance” – instituída por meio das políticas de bônus e avaliação de desempenho funcional. As políticas de avaliação de desempenho funcional no estado de São Paulo preveem mecanismos de redução de gastos com despesas de pessoal; medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas no serviço público; ações de supressão do exercício de uma carreira estável e autônoma (Loureiro, 2011).

## A POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO JOSÉ SERRA

No dia 20 de agosto de 2007, o governador José Serra e a secretária de Educação Maria Helena Guimarães de Castro lançam o Novo Plano Estadual de Educação<sup>4</sup> (São Paulo, 2007), no intuito de melhorar a qualidade do ensino em toda a rede paulista por meio do emprego de dez metas e dez ações, a serem plenamente executadas até o final do mandato (dezembro de 2010).

O editorial intitulado “A reinvenção da escola”<sup>5</sup> do jornal *O Estado de São Paulo*, de 22 de agosto de 2007, afirma que Maria Helena Guimarães de Castro, recém-empossada secretária da educação do estado de São Paulo, apresentava uma ideia “espantosamente simples” e capaz de “reinventar a escola pública”. A “reinvenção da escola pública” demandaria recursos financeiros da ordem de R\$ 700 milhões, previstos para pagamento de premiações às equipes de trabalho que mais se destacassem no cumprimento das dez metas. De acordo com o Novo Plano Estadual de Educação, o Saresp precisaria ser aperfeiçoado. Para tanto, em 2008, durante o segundo ano do mandato de José Serra, o Saresp passou a avaliar alunos dos 3º, 5º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e alunos do 3º ano do Ensino Médio usando a mesma escala de aferição do Saeb.

No entender da secretária Maria Helena Guimarães de Castro, o Novo Plano Estadual de Educação era inovador, pois possibilitava a professores e escolas da rede estadual trabalharem

---

4 Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87027>>.

5 Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/ver\\_file\\_3.asp?id=2438](http://www.bresserpereira.org.br/ver_file_3.asp?id=2438)>.

com metas de aprendizagem, deixando claros quais os conteúdos mínimos a serem estudados para cada série. O Novo Plano Estadual de Educação prepararia terreno para a execução da Nova Proposta Curricular do estado de São Paulo que ocorreu a partir do ano letivo de 2008 em toda a rede.

A partir de 2008, a SEE-SP elaborou um novo currículo intitulado Proposta Curricular do Estado de São Paulo. O Novo Plano Estadual de Educação e suas dez metas, lançado em agosto de 2007, estava em fina sintonia com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, lançado em abril de 2007, pelo governo Lula (2002-2010). Em ambos os casos, os referidos planos não se configuraram como planos institucionalizados por meio da aprovação de leis ou decretos. Ainda hoje (2013), não há nenhuma publicação de resolução, decreto ou lei complementar do estado de São Paulo contemplando um Plano Estadual de Educação (PEE), conforme previsto pelo I PNE (2001-2010).

## A ATUAÇÃO DA APEOESP NO GOVERNO JOSÉ SERRA

Como a Apeoesp reagiu à ampla reforma educacional neoliberal executada pelos governos do PSDB em São Paulo? Para tentar responder a esta questão revisamos os boletins *Fax Urgente* da Apeoesp referentes ao período de 2007 a 2010, procurando evidenciar as principais reivindicações e mobilizações levadas a efeito pelo sindicato. Os dados apresentados a seguir foram coletados junto aos boletins Apeoesp e ajudaram a compor uma cronologia conforme 2007

TABELA 1.  
MOBILIZAÇÕES REALIZADAS PELA APEOESP (2007-2010)

	2007	2008	2009	2010
Assembleias com paralisações	16	11	12	7
Greves por tempo determinado	0	0	0	0
Greve por tempo indeterminado	0	1*	0	1**
Estado de greve	1	1	0	0
Paralisações	1	1	2	0
Atos públicos	13	6	12	2
Campanhas	8	5	5	5
Reuniões com secretários	4	10	3	2
Ação civil pública	2	6	9	3
Matéria paga TV	8	9	14	4
Audiências públicas	7	7	9	3
Total	60	57	66	27

\* 22 dias.

\*\* 35 dias.

Elaborado pelo autor, com base em D. Oliveira & Melo (2006). Fonte dos dados: edições dos boletins *Fax Urgente Apeoesp* (2007 a 2010).

Conforme a Tabela 1, enumeramos um total de 46 assembleias gerais com paralisações, indicativos de greve ou passeatas realizadas pela Apeoesp no período de 2007 a 2010. Ao longo dos quatro anos do governo José Serra, verificamos que o número de assembleias gerais diminuiu consideravelmente. Conforme dados dos boletins da Apeoesp, as assembleias reuniram em média entre 3 e 5 mil professores. Considerando que em 2004, o número de representantes de escolas, conselheiros regionais, conselheiros estaduais e membros da diretoria girava em torno de 3.800 professores (Hidaka, 2012),

e que o total de PEB I e PEB II, em janeiro de 2005, atingiu 204.946 professores (Dieese, 2007), é possível afirmar que a porcentagem de participação nas assembleias gerais da Apeoesp variou entre 1,5% e 3% do total de profissionais do quadro do magistério da SEE/SP.

A maioria das assembleias foi realizada na capital paulista (Palácio dos Bandeirantes, Praça da República, Praça da Sé, Vão Livre do Masp na avenida Paulista), sendo necessário o deslocamento de ônibus dos professores das subsedes do interior até a capital paulista. Em algumas situações, como durante a realização das greves de 2008 e de 2010, os ônibus fretados pela Apeoesp que saíam do interior em direção a capital paulista foram alvos de rigorosas fiscalizações pela polícia rodoviária estadual, aumentando o tempo de deslocamento entre as cidades do interior até o local das assembleias na capital paulista. Há de se considerar que o deslocamento dos professores do interior até a capital promove um desgaste físico e material aos professores militantes do sindicato.

Em março de 2007, a primeira assembleia geral daquele ano da Apeoesp, aprovou uma pauta de reivindicações marcando nova assembleia para abril. Como a SEE/SP não apresentou nenhuma proposta ao sindicato até abril de 2007, os professores aprovam a continuidade da campanha salarial unificada designada de “Até quando o magistério aceitará o arrocho salarial imposto pelo governo?” (Apeoesp, Udemo, CPP, Apampesp e Apase) e a realização de uma nova assembleia para maio de 2007.

Em meados de abril de 2007, o governador José Serra encaminhou a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o Projeto de Lei Complementar n. 30/2005. Em 17 de abril de 2007, em assembleia geral a Apeoesp lançou a campanha “Em defesa da escola pública, do emprego, do salário e condições de trabalho. Escola pública de qualidade esta é a nossa luta”.

O Projeto de Lei Complementar n. 30/2005, promulgado por meio da Lei Complementar n. 1.010, de 1º de junho de 2007 (São Paulo, 2007a), instituiu a São Paulo Previdência (SPPrev). A proposta inicial do referido projeto de lei complementar era transferir a aposentadoria, a licença saúde, os acidentes de trabalho dos professores temporários para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Quando soube da proposta da bancada governista na Assembleia Legislativa, a Apeoesp convocou nova assembleia geral para o dia 25 de abril, que reuniu 20 mil professores, que aprovaram indicativo de greve para o dia 4 de maio de 2007 (Apeoesp, *Fax Urgente* n. 22, 2007). Na Assembleia Legislativa, a bancada da base aliada do governo José Serra recuou da proposta inicial de excluir os professores temporários (havia um total de 121.689 professores ocupantes de função atividade (OFA's), em junho de 2007, conforme boletim do Dieese 2007) da São Paulo Previdência (SP-Prev), ao elaborar a Emenda Aglutinativa n. 42/2007 ao Projeto de Lei Complementar n. 30/2005, incorporando os temporários da categoria F ao sistema previdenciário da SP-Prev.

A mobilização da Apeoesp em torno da emenda aglutinativa ao Projeto de Lei Complementar n. 30/2005 continuou até a aprovação do projeto em 1º de junho de 2007. Durante todo

o mês de maio de 2007, a Apeoesp realizou novas assembleias, atos públicos e uma vigília na Assembleia Legislativa. No segundo semestre de 2007, a Apeoesp realizou outra assembleia na Praça da Sé, dando continuidade à campanha salarial unificada – Apeoesp, Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp), Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (Afuse), Sindicato de Especialistas em Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo), Centro do Professorado Paulista (CPP) e Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Apase) – intitulada “Em defesa da escola pública! Salários dignos aos profissionais da educação” (Apeoesp, *Fax Urgente*, n. 50, 03.08.2007). Por meio da realização de novas assembleias e um acampamento realizado em frente à SEE-SP, a Apeoesp exigiu junto aos representantes do governo melhores salários para a categoria. Em outubro de 2007, José Serra anunciou um “pacote” de medidas para “valorização dos professores”. Dentre as medidas anunciadas, estava a aprovação pela Assembleia Legislativa da Lei Complementar n. 1.015, de 15 de outubro de 2007 (São Paulo, 2007c), instituindo a conversão da licença-prêmio em ganho pecuniário; e da Lei Complementar n. 1.017, de 15 de outubro de 2007 (São Paulo, 2007b), instituindo o bônus de acordo com os resultados obtidos pelas escolas.

#### AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA APEOESP E SUA NATUREZA DURANTE O GOVERNO JOSÉ SERRA

Elaboramos a seguir o Quadro I, apontando as principais reivindicações aprovadas nas assembleias gerais da Apeoesp. De acordo com D. Oliveira & Melo (2006) categorizamos as reivindicações em oito motivações, a saber:

1. *de ordem salarial (S)* – compreende a discussão do plano de carreira, incorporação de gratificações, recebimento de pagamentos retidos em função de greve, reajustes salariais e recomposição de perdas salariais; cumprimento da data-base;
2. *de ordem profissional (PRO)* – compreendem as campanhas salariais; as reivindicações relativas à valorização da carreira docente; o atendimento à Lei do Piso; ao processo de atribuição de aulas;
3. *de ordem previdenciária (PRE)* – compreende as reivindicações relativas a seguridade social dos professores; no caso do estado de São Paulo, a criação da São Paulo Previdência (SP-Prev);
4. *motivação de ordem assistencial (AS)* – compreende as demandas relativas a melhoria da qualidade da assistência médico-hospitalar; no caso do estado de São Paulo, as melhorias no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (Iamspe);
5. *das relações de trabalho (RT)* – compreende as reivindicações sobre as relações e a natureza dos contratos de trabalho, no caso do Quadro do Magistério da SEE/SP, o debate re-



corrente sobre o enorme contingente de temporários e as reivindicações por estabilidade e realização de concursos para efetivação;

6. *das condições de trabalho (CT)* – compreende as reivindicações pela diminuição do número de alunos por sala, diminuição da jornada sem diminuição de salários;
7. *da gestão escolar (GE)* – compreende as reivindicações relativas à gestão da escola, às relações de poder e a hierarquia nas escolas e o controle do trabalho e do pessoal;
8. *da política educacional (PE)* – reivindicações concernentes à gestão da rede estadual, questões de financiamento; necessidades de mudanças na legislação educacional.

A partir da observação do Quadro I, percebemos que as ações da Apeoesp foram pontuais, como, por exemplo, contra o processo de municipalização do ensino fundamental no estado. Segundo a diretoria da Apeoesp, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fndeb) prevê verbas para os municípios investirem em creches e pré-escolas e, por essa razão, a luta do sindicato deveria se comprometer em levar adiante uma campanha por mais creches e mais pré-escolas junto aos municípios paulistas (*Fax Urgente* n. 3, de 10.01.2007). Para tanto, a sede central da Apeoesp incentivou as subseções do interior paulista a realizarem atos públicos regionais junto às câmaras municipais no intuito de sensibilizar os vereadores sobre o processo de municipalização da educação.

As subseções regionais da Apeoesp do interior paulista ficaram incumbidas de mobilizar os professores a participarem de atos públicos em defesa da educação pública contra a municipalização. Em 2007, os atos públicos ocorreram em algumas cidades do Estado de São Paulo, tais como, como Ribeirão Preto, Americana, Bebedouro, Campinas, Guariba, Itápolis, Jacareí, Lorena, Marília, Matão, Santo André e Suzano.

Em 2008, o processo de municipalização reaparece na pauta de reivindicações do Sindicato. Em boletim sindical, a Apeoesp assegurava que: “75% da demanda não tem sido atendida pelos prefeitos,

Quadro I  
Principais reivindicações da Apeoesp e suas motivações no ano de 2007

1.	Respeito à data-base (S).
2.	Fim da política de gratificações (S).
3.	Reposição das perdas salariais, reajuste salarial imediato, aumento real (S).
4.	Piso Dieese R\$ 1.562,35 (fev.) por 24 horas semanais; piso Dieese R\$ 1.620,89 (mar.); piso Dieese R\$ 1.672,56 (abr.); piso Dieese R\$ 1.628,96 (jun.) (S).
5.	Incorporação das gratificações e bônus aos salários, extensiva aos aposentados (S).
6.	Correção imediata das distorções do plano de carreira (Lei Complementar n. 836, de 30 de dezembro de 1997) e da escala de vencimentos (Lei Complementar n. 958, de 13 de setembro de 2004) (S).
7.	Instalação de uma mesa de negociação (S).
8.	Novo Plano de Carreira e Salários (S).
9.	Máximo de 35 alunos por sala de aula (CT).
10.	Garantia de emprego com estabilidade a todos os professores (RT).
11.	Obrigatoriedade da cota-parte de 2% ao Iamspe por parte do governo estadual (AS).
12.	Fim da SP-Prev e em defesa de um sistema previdenciário que garanta o direito a todos (PRE).
13.	Melhores condições de trabalho (CT).
14.	Fim da aprovação automática (PE).
15.	Fim da avaliação de desempenho (PRO).
16.	Reajuste salarial de 36% a todos os profissionais (S).

Elaborado pelo autor, com base em todas as edições dos boletins *Fax Urgente Apeoesp* de 2007.

que seria necessária continuar a pressão exigindo mais creches e escolas” (Apeoesp, *Fax Urgente*, n. 58, 22.08.2008).

Entre 2007 e 2010, as principais reivindicações da Apeoesp não se alteraram substancialmente. Permaneceram centradas na defesa da categoria profissional, isto é, a maioria das ações da Apeoesp se deteve em temas sobre reajustes salariais, regulação do processo de trabalho, elaboração de um novo plano de carreira e de cargos, realização de concursos públicos, fim das avaliações de desempenho funcional.

Dentre as reivindicações voltadas para as alterações na PE figuraram:

1. o fim da aprovação automática;
2. o fim das avaliações externas;
3. a volta das disciplinas humanistas no ensino médio;
4. a liberdade de cátedra;
5. contra qualquer reforma que prejudique a educação em todos os níveis;
6. formação continuada no local de trabalho.

Corroboramos aqui que a natureza das reivindicações da Apeoesp não teve grande alteração ao longo dos quatro anos do governo José Serra.

Dentre as reivindicações motivadas para as CT apareceram nas pautas os seguintes itens:

1. fim dos sábados letivos;
2. redução do número de alunos por sala;
3. máximo de 35 alunos por sala.

Dentre as reivindicações motivadas para as mudanças nas RT figuraram:

1. garantia de emprego;
2. estabilidade a todos;
3. concurso público classificatório;
4. boicote a prova do mérito.

A direção sindical reivindicou junto a toda categoria uma ação de boicote à “prova do mérito”. Mesmo com o boicote invocado pela direção sindical da Apeoesp, a primeira edição da prova do mérito realizada entre janeiro e fevereiro de 2010, obteve mais de 100 mil inscrições, e ao final do processo, cerca de 44 mil receberam aumento de 25% ao salário-base.

## CONSIDERAÇÕES E ASPECTOS PARA DISCUSSÃO

Através da revisão da teoria e da coleta de dados contidos nos boletins da Apeoesp e Dieese, procurou-se demonstrar aqui os principais conflitos e convergências na relação entre a execução da política educacional do governo José Serra e a atuação da Apeoesp. Para tanto, analisamos politicamente a implantação das políticas educacionais (sociais) públicas, procurando evidenciar as diretrizes que “informaram” a sua elaboração.

Este artigo procurou evidenciar uma concomitância na implementação das políticas educacionais levadas a efeito pelos governos FHC (1995-2002) no âmbito federal, Mário Covas Filho (1995-2000), Geraldo Alckmin (2001-2006) e José Serra (2007-2010) em relação ao estado de São Paulo.

Os ajustes econômicos levados a efeito pelos governos do PSDB em São Paulo favoreceram a consolidação de um projeto neoliberal de sociedade. Iniciado em 1995, o programa de ajuste fiscal do governo do estado de São Paulo caracterizou-se pela reestruturação patrimonial, refinanciamento da dívida do estado com a União, execução do Programa Estadual de Desestatização (PED), modernização da gestão pública, visando ao aumento das receitas, bem como à diminuição das despesas.

A rede de ensino pública paulista não ficou imune à implementação deste programa de ajuste fiscal desencadeado pela NGP. Iniciadas no governo Mário Covas em 1995, as diretrizes gerencialistas passaram a ser elementos centrais na consecução da reforma educacional pública paulista. A racionalidade econômica do governo Covas se deteve em três eixos centrais e que permanecem até os dias atuais (2013), a saber:

1. melhoria da qualidade do ensino (regime de progressão continuada, Saesp, reforma curricular);
2. reorganização da SEE/SP (programa de municipalização);
3. reforma da carreira docente (novo plano de carreira e cargos do magistério, avaliação de desempenho funcional, política de bônus por resultados).

No decorrer do governo Serra, o Executivo deu prosseguimento ao ajuste fiscal iniciado por Covas. Serra aprovou um total de 28 medidas de reestruturação de cargos e carreiras. Por meio da aprovação da Lei Complementar n. 1.080, de 17 de dezembro de 2008 (São Paulo, 2008), o governo Serra reestruturou os cargos públicos e instituiu a política de bonificação por resultados (PBR) executada em 11 secretarias do estado.

Serra elaborou ainda uma nova legislação com a finalidade de reduzir os custos com o absenteísmo no serviço público, alterando as formas de ingresso na carreira, as regras de estágio probatório, e regulamentando a concessão de licenças médicas e afastamentos.

Os governos Covas, Alckmin e Serra formularam políticas educacionais focalizadas e executadas em parcerias com a iniciativa privada, tais como Escola da Família, Saesp, Bônus por Resultados, Promoção pelo Mérito, entre outras.

A atuação da Apeoesp a este padrão de política educacional se deu de forma pontual e incentivando seus filiados (180 mil filiados, em 2011)<sup>6</sup> a ingressarem com ações civis públicas coletivas contra o governo do estado pelos desmandos contra a categoria. A “judicialização” da luta pelo cumprimento dos direitos dos professores no serviço público tem sido uma das estratégias encontradas pela Apeoesp para forçar o governo a negociar com a categoria. Esta prática parece refletir na desmobilização dos professores que deixam de sair às ruas para reivindicar, dialogar com a população em geral sobre a precariedade do trabalho docente. A participação dos professores nas assembleias da Apeoesp parece também ser cada vez menor.

## REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. L. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. *Desigualdade & Diversidade*, edição especial, 2011.
- Apeoesp. *Fax Urgente*. Todas as publicações do período 2007-2010.
- BRASIL. Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. *Diário Oficial da União*. Brasília, 25 abr. 2007.
- COVAS FILHO, M. Discurso de posse. 01 de janeiro de 1995. Casa Civil. Governo do Estado de São Paulo. 1995. Disponível em: <<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/Discursos.asp>>.
- CORRÊA, V. *Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?* Rio de Janeiro: Quartet, 2010.
- DIEESE. *Boletim de conjuntura* nº 1. Apeoesp. Edição de 14 de abril, 2007.
- FOLHA DE S. PAULO. PSDB culpa PSDB por crise em educação. 12 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1203200716.htm>>.
- HIDAKA, R. K. *As políticas neoliberais dos governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília.
- LOUREIRO, B. R. de C. *Reforma educacional neoliberal: uma análise política da concessão de bônus-mérito do Governo José Serra (2007-2010) aos professores da rede estadual paulista*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília.
- OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. MP abre investigação sobre contrato da SEE-SP com a revista Nova Escola. 29 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/sugestoes-de-pautas/48-sugestoes-de-pautas/681-mp-abre-investigacao-sobre-contrato-da-see-sp-com-a-revista-nova-escola>>.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. A reinvenção da escola. 22 set. 2007. Disponível em: <[http://www.bresserpeira.org.br/ver\\_file\\_3.asp?id=2438](http://www.bresserpeira.org.br/ver_file_3.asp?id=2438)>.

---

6 Dado disponível em: <<http://www.apoesp.org.br/o-sindicato/historia/>>.

- OLIVEIRA, D. A.; MELO, S. D. Conflito docente no Brasil e manifestações sindicais: natureza e significados. *Revista Lusófona de Educação*, v. 8, n. 8, 2006, p. 117-132. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a08.pdf>>.
- OLIVEIRA, J. F. de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- PALMA FILHO, J. C. A política educacional do estado de São Paulo (1983-2008). *Educação e Linguagem*, v. 13, n. 21, 2010, p. 153-174.
- PARO, V. H. *Administração escolar*. Introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.
- SÃO PAULO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Complementar 890, de 28 de dezembro de 2000. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 dez. 2000.
- . Lei Complementar 1.010, de 01 de junho de 2007. São Paulo, 01 jun. 2007a.
- . Lei Complementar 1.017, de 15 de outubro de 2007. São Paulo, 16 out. 2007b.
- . Lei Complementar 1.015, de 15 de outubro de 2007. São Paulo, 16 out. 2007c.
- . Lei Complementar 1.080, de 17 de dezembro de 2008. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 dez. 2008.
- SÃO PAULO. PODER EXECUTIVO. Decreto 52.719, de 14 de fevereiro de 2008. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 fev. 2008.
- . Decreto 46.167, de 9 de outubro de 2001. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 out. 2001.
- SÃO PAULO. NOTÍCIAS. Veja as dez metas do novo Plano Estadual de Educação. 20 out. 2007. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87027>>.



